

Movimentos e lutas contra o governo: a questão fundiária e ambiental na BR-163 paraense¹

Renata Barbosa Lacerda (Doutoranda PPGSA-MN-UFRJ/ Rio de Janeiro)

Palavas-chave: conflitos; mobilização social; Estado.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca discutir como sujeitos sociais heterogêneos, que já mostraram divergências ou hostilidade entre si, avaliam as relações entre mobilidades e mobilizações sociais no que identificam como a “*região da BR-163*” (rodovia Cuiabá-Santarém), no Sudoeste Paraense. Ao narrarem suas mobilizações sociais, produtores rurais, comerciantes, garimpeiros, trabalhadores rurais e madeireiros remetem às próprias histórias de vida e às histórias da *região* e de Novo Progresso, refletindo sobre quem soube *lutar* apesar do e/ou contra o *governo*. A ideia de *movimento* não se refere apenas ao que se costuma chamar de movimentos sociais, mas principalmente aos significados nativos que poderiam ser traduzidos como mobilizações sociais, mobilidades familiares e desenvolvimento de lugares através de ciclos econômicos, “febres” e “fofocas”.

A perspectiva teórica que move essa investigação é a das narrativas sobre rituais políticos (Peirano, 2002), observando a relação entre representações sociais e eventos que, realizados em locais e tempos com significados especiais para os agentes que os encenam, atualizam suas representações da realidade dos grupos, da sociedade e do *governo*. Os dados apresentados são resultado da pesquisa de doutorado ainda em andamento sobre as *lutas* da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim e do assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável Terra Nossa (PDS TN), e dá continuidade à pesquisa de mestrado (Lacerda, 2015). As narrativas analisadas foram obtidas em entrevistas e conversas informais feitas em trabalhos de campo realizados em 2013 e 2017

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

em Novo Progresso, Itaituba, Altamira e Santarém, bem como na imprensa e em três livros sobre a história local escritos por progressenses.

LUGARES E TEMPOS *MOVIMENTADOS*: AS *LUTAS* COTIDIANAS

Desde os anos 1970, com a abertura da rodovia BR-163 pelo governo militar na área onde hoje se situam os municípios de Novo Progresso (onde a presente pesquisa se concentra), de Altamira e Itaituba, passou a haver uma movimentação bastante distinta daquela que existia antes. O fluxo de pessoas, coisas e *conhecimentos* foi se dando cada vez mais pela BR-163 e cada vez menos pelo rio Tapajós e seus afluentes, antes percorridos por povos indígenas que foram sendo cercados e expulsos, além de seringueiros que foram se voltando para a agricultura e mineração de pequena escala. Com todo o chamado *movimento* da “corrida do ouro”, intensificado nos anos 1980, os barcos passaram a dar mais lugar não só às caminhonetes, motos e carros, mas também aos pequenos aviões que levavam e traziam garimpeiros e mercadorias dos povoados que se multiplicavam na beira da BR até as currutelas dos garimpos².

Os tão propagados “ciclos econômicos” da Amazônia, geralmente vinculados às drogas do sertão, à borracha, aos minérios e à madeira, são repetidos nas narrativas de quem morou em diferentes lugares ao longo da BR em Mato Grosso e no Pará. Esses se referem sempre aos dois últimos ao contarem a história da *região* a partir da abertura dessa rodovia que ligou o Sul do país a Santarém, isso na época em já se observavam as novas “frentes de expansão” do Nordeste para a Amazônia pelas rodovias Transamazônica e Belém-Brasília (Velho, 1976, 1981). Os relatos orais e escritos contam que as terras eram extremamente baratas no período inicial da reocupação dessa *região* da BR e, como empresários e profissionais liberais do Sul, Centro-Oeste e Sudeste não queriam se mudar para a Amazônia, enviaram peões que, apesar de *pobres*, por vezes conseguiram ocupar, abrir e cultivar suas próprias terras depois de trabalhar na terra dos patrões, por vezes cultivando o sonho de se tornarem também *ricos fazendeiros*. Isso quando não perdiam a plantação e pequena criação por infortúnios como incêndios ou doenças (especialmente malária) ou pela falta de trafegabilidade da estrada, ou quando

² Currutela é o “conjunto precário de estabelecimentos variados de comércios dedicados ao atendimento dos garimpos” (Gomide et al., 2018, p.75), incluindo-se serviços de prostituição, mas também venda de bens diversos.

não tinham suas terras *invadidas* por grupos de homens identificados como *grileiros*, que loteavam e vendiam terras já ocupadas por *colonos*.

De qualquer modo, com a circulação de ouro trazida pelos milhares de garimpeiros vindos do Sul e Centro-Oeste, mas sobretudo do Nordeste, somada à propaganda do *governo* que prometia terras abundantes e incentivos fiscais, os *colonos sulistas* foram vindo e se instalando onde podiam abrir pequenos comércios para aproveitar o momento de ganhar dinheiro com esse *movimento*. Em geral, as famílias *pioneiras* são lembradas por terem “espírito aventureiro”, embrenhando-se no meio do *mato* quando “não tinha nada”³. Mas os *pioneiros* mais reconhecidos por sua contribuição para o “desenvolvimento das cidades” são os *colonos sulistas*, valorizados socialmente por terem *investido* todo o dinheiro ganho na “*região* do garimpo” em seus próprios povoados, em especial aquele que se tornou a sede do município de Novo Progresso. Com isso, tornaram-nos lugares para *morar* para quem quisesse deixar a instabilidade e se fixar com sua família; ou para homens e mulheres deixarem seus filhos aos cuidados de familiares para poderem se dedicar à instabilidade do ouro, podendo transitar entre esses espaços⁴. Foram esses *colonos fundadores* que construíram as primeiras igrejas (evangélicas e católicas) e chamaram os primeiros pastores e padres, que improvisaram as primeiras escolas e que trouxeram as mercadorias e serviços de outros estados. E são eles os principais responsáveis pela recordação e narração da ocupação inicial, sendo os mais recomendados para conversar com a pesquisadora.

Não por acaso as diferentes versões sobre histórias da *região* e da cidade de Novo Progresso têm em comum a exaltação das famílias *pioneiras sulistas*, as quais não raro se orgulham do que poderíamos chamar, com base na análise de Seyferth (1992) sobre colonos no Sul do Brasil, dos “ciclos *pioneiros* de migração” de seus ancestrais, através dos quais perpetuaram seus modos de vida. Ademais, essas histórias de colonização remetem a dinâmicas familiares semelhantes àquelas traçadas por Cordeiro (2017) com relação à ocupação de Rondônia desde 1970: a) membros familiares (em especial filhos homens) primeiramente fazem viagens para *conhecer* locais onde houvesse viabilidade que cada nova família de um mesmo grupo de parentesco tivesse uma parcela de terra

³ Todos reconhecem, no entanto, a preexistência de indígenas nessa extensa “*região* do garimpo”. No entanto, estes são retratados como pertencentes ao *mato* não colonizado, não trabalhado, não explorado. Portanto, o mito do vazio demográfico é presente nesses relatos do passado.

⁴ Para o caso de mulheres que deixam os filhos nas cidades para irem aos garimpos no Tapajós – seja para serem cozinheiras, prostitutas e/ou garimpar –, ver Tedesco (2015). Muitas pessoas entrevistadas conheceram suas esposas/maridos nos garimpos.

visando o trabalho agrícola e a herança para as futuras gerações; b) a mudança efetiva de moradia de outros membros do grupo doméstico; c) a abertura de terras pelo grupo familiar de referência que vai formando outros grupos pelo casamento –alguns membros familiares, em especial os irmãos mais velhos, são os principais responsáveis pelo *investimento* necessário para esse empreendimento inicial de derrubar *mato* e montar os barracos, o que os permite aos poucos cultivar a terra e construir a casa.

Portanto, apesar de *movimentarem* o ouro que possibilitou o “desenvolvimento”, os garimpeiros não são tão lembrados quanto os *colonos* pelo pioneirismo⁵, pois os últimos é que seriam os *fundadores* das cidades e que permaneceram na *luta* cotidiana e no trabalho penoso na terra apesar das dificuldades. Eles que se engajaram nas atividades comunitárias, desde os encontros religiosos para celebrações e funerais e o ensino das crianças, às trocas de *ajuda* em mutirões de plantio ou oferecendo transporte a doentes e acidentados para as cidades mais equipadas da BR Mato-grossense e paraense, até a busca de *apoios* de servidores públicos e políticos de outras cidades para conseguirem serviços públicos básicos. Conforme é contado, foram esses *pioneiros* que formaram as chamadas associações comunitárias, como a da Vila de Novo Progresso (hoje sede municipal), e que foram os responsáveis pela arrecadação de fundos através de festas para a obtenção de melhorias para o lugar num contexto descrito como de “abandono do *governo*”⁶.

Este cenário de abandono é ilustrado repetidamente pela piora das condições de trafegabilidade da BR-163 e lembrado pela sua tragicidade por todos que por ali passaram desde a saída do Exército em 1979, sendo essa a causa observada das muitas perdas, tanto de frutos do seu trabalho quanto de pessoas queridas. Todos que viveram esse ciclo do ouro – *pobres e ricos, garimpeiros e colonos, nordestinos e sulistas, homens e mulheres*⁷ – compartilharam essa experiência de aventuras que se mostraram ora alegres, ora *sofridas* (ainda mais no chamado inverno chuvoso amazônico), vivências durante as quais tiveram que *lutar* pela saúde e pela “subsistência” de si mesmos, de seus familiares, vizinhos e até mesmo desconhecidos a quem generosamente ofereciam *ajuda*.

⁵ Há versões que dão mais centralidade aos garimpeiros *nordestinos*. Porém, a versão que destaca os *colonos sulistas* foi a que se consolidou em registros como os livros sobre a história de Novo Progresso e em fontes oficiais estatais, como o IBGE.

⁶ De modo semelhante, Marques (2009) e Almeida (2013) mostram que os “pioneiros gaúchos” de Sorriso (MT) se consideram os únicos responsáveis pelo êxito do projeto de ocupação e do desenvolvimento das atividades econômicas por terem construído a cidade apesar da suposta “ausência do Estado”.

⁷ Na segunda metade da década de 2000, a porcentagem de homens e mulheres foi se tornando menos díspar no município, mas até então seguia a tendência da região Sudoeste Paraense quanto a preponderância masculina, conforme os dados do IBGE.

Esses aspectos da *luta* cotidiana do “início” são abordados em todos os livros sobre a história local, mas são detalhados em “A saga dos pioneiros no município de Novo Progresso”, escrito por uma *pioneira colona* que em mais de 300 páginas expõe uma série de desventuras e conquistas das famílias que se tornariam progressenses. A *luta* que cada família levava a cabo com a *ajuda* de outras famílias, ao fazerem seus próprios *movimentos* no sentido de deslocamentos (*andanças*) e arranjos familiares entre cidades, entre o *mato* e a casa na *rua*, continua sendo produzida como memória agrídoce, na ambiguidade entre a “solidariedade maior do que hoje” e os *problemas* que geraram tanto *sofrimento*.

Na historiografia nativa sobre o município de Novo Progresso, os ciclos são concebidos como temporários e se sucedem podendo se sobrepor e mesmo coexistirem com outras atividades e processos, gerando *movimentos* singulares no espaço a cada ciclo. Entre os ciclos do ouro (aproximadamente entre 1980 e 1991) e da madeira (segunda metade dos anos 1990 a 2004), faz-se menção ainda ao ciclo da pecuária, atividade que não apresentou o declínio e o caráter efêmero que as outras atividades tiveram. Excetuando-se um breve período mais recente, a pecuária só cresceu no município, que se consolidou como um dos principais produtores de gado de corte do Pará⁸. Consoante os relatos, com a ruína do ouro atribuída ao Plano Collor e a queda de preço do mineral, deu-se lugar ao ciclo da pecuária nos anos 1990, uma vez que com o dinheiro ganho com o garimpo – diretamente pela extração, ou indiretamente pelo comércio –, garimpeiros e sobretudo *colonos* foram abrindo pasto e comprando mais cabeças de gado. Essa opção foi sendo considerada como mais segura num local tão difícil de escoar produtos agrícolas e a liquidez do gado servia tanto como reserva nos momentos de dificuldades quanto como meio de *investimento* para aumentar os bens. É pelo tamanho do rebanho e pela capacidade de manter gado que separam os *pequenos* dos *grandes* produtores, os quais possuem e mantêm ao longo do tempo ao menos mil cabeças de gado. Ademais, a abertura da terra e a colocação de pasto era o modo legal e legítimo de demonstrar a ocupação e a realização de benfeitorias para o *governo*, de modo a ser reconhecido como posseiro pelo Incra através de documentos como as Certidões de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR), o Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPCV) e a Licença de Ocupação (LO).

⁸ Segundo o IBGE (série “Brasil em Síntese”), excetuando-se em 2007 quando apresentou uma brusca queda, Novo Progresso tem ocupado os dez primeiros lugares dos 144 municípios paraenses quanto ao efetivo de rebanho de gado desde 2005. Do Sudoeste, Altamira e Pacajá também se destacam nesses índices.

No entanto, a pecuária não é associada ao aumento do *movimento* nas cidades do mesmo modo em que o garimpo e a indústria madeireira o são. Enquanto os auges destes são lembrados como “fofoca do garimpo” e “febre de emprego”⁹, comparativamente a criação de gado perde em se tratando de chamar gente pela oferta de trabalho ou de possibilidade de riqueza para qualquer pessoa. Afinal, as fofocas ou febres representavam a chance de conseguir dinheiro rápido e fácil, tendo atraído *ricos* e *pobres* repentinamente e num ritmo intenso. Para os *pobres*, essa oportunidade era ainda mais relevante visto que o trabalho como peão em fazendas tinha se mostrado um difícil caminho para trabalharem para si próprios, ao passo em que a terra se tornava cada vez mais disputada no eixo da BR-163 não só Norte Mato-grossense, como no Sudoeste Paraense. Como um agrônomo vindo de Mato Grosso avaliou, de modo a valorizar o trabalho na terra que ele realiza na terra do pai em Novo Progresso: “o garimpo tem um giro maior, [...] é mais rápido o retorno, é sorte. Prefiro ir pro garimpo do que ficar enfrentando juquirá, *mato*”.

Apesar da relativa desaceleração do *movimento* do ouro, as fazendas de gado que iam se expandindo e multiplicando continuavam demandando mais serviços públicos e a vinda de mais mão de obra – que por vezes chegava atendendo a convites de fazendeiros em locais por onde esses haviam ficado ou morado antes. Mas o fator lembrado nesse momento como tendo propiciado o *movimento* de cada vez mais trabalhadores, empresários e fazendeiros no município, principalmente na sede municipal, é a emancipação política de Novo Progresso em 1991. Ao se tornar município, o local se tornou um polo de serviços (bancos, cartório, correios, Fórum, polícia etc.) para as demais cidades pequenas e povoados do entorno distantes das cidades maiores do Pará.

Já nesse período começaram a vir serrarias do Mato Grosso que passaram a comercializar a madeira que até então não era vendida para fora pelos fazendeiros, devido à dificuldade de escoamento. Contudo, essa atividade passou a se constituir como um *movimento* de fato quando virou febre, nos fins dos anos 1990. Nesse caso, o ciclo da madeira não substituiu a pecuária, que permaneceu forte, e ainda viria a ser acompanhada por uma nova leva de fofoca de garimpos. Tudo parecia caminhar para o progresso tão sonhado que deu origem ao nome do município e que motivou tanta *luta* para ficar. Esse otimismo da virada do século transborda das páginas do livro “Novo Progresso: passado,

⁹ Fofoca é a “mobilidade geográfica de garimpeiros e demais sujeitos em torno da notícia de uma descoberta importante de ouro, diamante ou demais tipos de metais e pedras preciosas.” (Gomide et al., 2018, p.123). Ela muito se assemelha a noção de “febre” trabalhada por Guedes com relação aos garimpeiros em Minaçu (GO) e parecem sinônimos nas falas dos informantes da região da BR-163.

presente e futuro”, escrito por um paraense que chegou no local nesse período (Coruja, 2004)¹⁰ e a prosperidade é atribuída em variados relatos somente aos esforços dos próprios progressenses, tanto os *pioneiros* quanto os “recém-chegados”.

Em meio a essas expectativas já altas quanto ao futuro, começaram rumores de que finalmente a pavimentação da BR-163, esperada desde o “abandono” do Exército em 1979, virou prioridade para o *governo* recém-eleito em 2002 ao anunciar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Como observado em outros contextos etnográficos, movimentações desejadas de gente, que também movem conversas, trazem consigo os riscos de “descontrole” (Comerford; Carneiro; Dainese, 2015). Nessa tensão, a pavimentação e o boom de “gente de fora” trouxe à tona receios compartilhados quanto ao aumento do que denunciavam como violência – assaltos e *invasões* às fazendas¹¹ e comércios por vezes seguidos de assassinato –, conforme é descrito nas entrevistas a *pioneiros* realizadas entre 2001 e 2005, analisadas no livro “História de Novo Progresso”. Escrito por uma *pioneira sulista* em coautoria com uma colega de faculdade (Schneider; Fortes, 2011) esse livro destaca a recorrência da expressão “terra sem lei”, as quais reforçavam a contínua “ausência do governo” durante mais um ciclo da história local.

Além da consequência indesejada da violência, mal podiam imaginar que a promessa de pavimentação seria um dos principais fatores da *crise* que se sucedeu ao ciclo da madeira, conforme muitos da *região* refletem retrospectivamente hoje. Nesse discurso, isso se deu porque, para compensar a realização dessa obra e justificá-la perante denúncias de que geraria aumento do desmatamento e grilagem, o *governo* lançou uma série de medidas que paralisou todo o *movimento* na cidade¹². Na visão de um professor, cujos pais foram para o povoado que deu origem a Novo Progresso após serem desalojados pela Hidrelétrica de Itaipu (PR) em 1985, os progressenses esperavam que a pavimentação da BR-163 fosse:

¹⁰ O futuro vislumbrado por Coruja (2004) projetava ainda a emancipação de municípios da *região* – Castelo dos Sonhos (Altamira), Cachoeira da Serra (Altamira) e Moraes de Almeida (Itaituba) – e da região Oeste do Pará por meio da criação do Estado do Tapajós.

¹¹ Foge ao escopo desse trabalho os usos e debates locais em torno do significado e ocorrência de grilagem. De todo modo, um fator que une diferentes versões sobre esse fenômeno é de que significaria a *invasão* de terras que possuem um dono reconhecido por trabalhar e produzir na terra. Isto é, nessa visão, a *grilagem* é a *invasão* de terras particulares e não públicas – ainda que o caráter de posse da terra tenha se tornado legalmente questionável, visto que todas as terras nessa *região* são da União (Torres, 2012).

¹² Esse conjunto de ações governamentais foi arquitetado pelo Plano BR-163 Sustentável, elaborado entre 2003 e 2006 pelo governo federal, o qual preconizava a participação de governos estaduais e prefeituras da área de influência dessa rodovia, bem como das populações que estariam envolvidas nas medidas a serem implantadas através de audiências públicas (Araújo, 2007). Mobilizações sociais na BR-163 Mato-Grossense e Paraense tiveram forte peso na constituição desse Plano.

[...] trazer *investimento*. Mas veio Ibama, ICMBio, travando a cidade. Travou o dinheiro que circulava na cidade. O município não tem muita renda. Depende da madeira, ouro, gado. Não tem empresa grande aqui. Com o IBAMA, muitas lojas fecharam, houve muitas demissões desde 2004. (Darci, entrevista concedida em outubro de 2013).

A primeira medida lembrada que anunciou a *crise* foi a Portaria Conjunta nº 10 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Incra de dezembro de 2004. Ao invalidar qualquer direito atrelado a documentos cadastrais expedidos pelo Incra em terras públicas federais (como a LO e o CPCV), suspendeu os planos de manejo existentes, pois o Ibama passou a exigir o título de propriedade, que ninguém tinha. Na perspectiva de produtores rurais, madeireiros, garimpeiros, empresários e comerciantes esse foi o início da “mudança das regras do jogo”, isto é, dos termos pelos quais esses sujeitos concebiam a mediação do governo na apropriação privada das terras públicas, da floresta e dos minérios na região.

O estopim desse processo foi a criação do que chamam de “reservas ambientais” na *região*, em especial a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim e o Parque Nacional (Parna) do Rio Novo em fevereiro de 2006 – um ano após o assassinato da irmã Dorothy Stang da Comissão Pastoral da Terra (CPT) por grileiros em Anapu, Sudoeste Paraense¹³. Esse evento também é lembrado como fator que desencadeou a *crise*, sendo comum apontarem que o *governo* se importaria hoje mais com uma americana do que com brasileiros que *sofreram* tantas décadas para atender ao pedido do próprio *governo* durante a ditadura militar de ocuparem a Amazônia, o grande “vazio demográfico”, para protegê-la dos “estrangeiros”. Além dessas unidades de conservação, o Incra criou ainda uma centena de assentamentos entre 2005 e 2006, a maioria de modalidade sustentável¹⁴, dos quais quatro foram instalados na *região* da BR em Altamira e Novo Progresso, como o PDS Terra Nossa, que é objeto do presente estudo. Todas essas áreas protegidas se sobrepuseram a pretensões fundiárias, minerais e florestais de pequenos e grandes produtores rurais, indústrias madeireiras e donos de garimpo – incluindo-se grileiros que se apresentam como donos legítimos.

Somado a isso, foi intensificada a fiscalização ambiental pelo Ibama com o apoio da Força Nacional, a Polícia Federal e o ICMBio (criado em 2007), o que resultou no

¹³ Conforme mostra Tarca (2014), a criação de áreas protegidas e a intensificação da fiscalização ambiental desde 2005 foi o marco da “crise” para moradores de Cachoeira da Serra, distrito de Altamira próximo a Novo Progresso na margem da BR-163.

¹⁴ Esses foram fruto de negociações entre o Ibama, o Incra e o Sindicato das Indústrias Madeireiras do Oeste do Pará (Simaspa), de modo a terem acesso legal à floresta após a Portaria de 2004. Cf. Torres (2012).

embargo de milhares de áreas ocupadas e de cabeças de gado – levando à queda brusca, mas pontual, da produção de gado bovino em 2007 –, assim como na apreensão e destruição de equipamentos usados para atividades ilegais. Ainda assim, progressenses observam que, após a perda de quase metade de sua população de 2007 a 2009, houve uma ligeira recuperação do *movimento* na cidade e na *região* entre 2009 e 2012, o que coincide com a alta do preço internacional do ouro e com a criação do Programa Terra Legal, que titulou algumas dezenas de posses em Novo Progresso. Porém, a partir de 2013 a regularização fundiária parou de avançar e o Ibama realizou novas operações conjuntas de fiscalização. Assim, o discurso repetido exaustivamente é que: “o *governo* não quer legalizar ninguém, querem esvaziar a Amazônia”, conforme sintetizou o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso (Sinprunp) em audiência pública (18/10/13). Em consonância com isso, muitos denunciam que o meio ambiente ou o *ambientalismo*, através de ONGs estrangeiras, passou a mandar no *governo*.

Nesse contexto de paralisação associado ao *ambientalismo*, velhos sonhos de progresso são constantemente lembrados e em algumas falas se misturam com um certo arrependimento por terem optado pelo *movimento* de Novo Progresso ao invés do *movimento* de outras cidades hoje “mais evoluídas” do eixo Mato-grossense da BR-163, como Sinop (MT) – embora ponderem que nessas últimas as terras já eram mais caras quando chegaram na *região*. Hoje, o *movimento* mais comentado na cidade é o das centenas de caminhões que transitam pela rodovia levando os grãos do agronegócio de Mato Grosso para o porto de Santarém. Por isso, se retratam como um grande corredor de exportação, se queixando de não poderem ser produtores de grãos equivalentes aos mato-grossenses devido às travas impostas pelo *governo*.

Os contos épicos sobre Novo Progresso e a *região* são reiteradamente narrados em livros, revistas, mídias sociais, entrevistas à imprensa e a pesquisadores “de fora” como eu, tendo em vista a transmissão do que acreditam ser o verdadeiro *conhecimento* sobre a *realidade da região*. Segundo essas histórias locais todos os progressenses foram verdadeiros heróis que se sacrificaram e *lutaram* bravamente. Alguns chegaram, *lutaram* e venceram, tornando-se *grandes* empresários (que possuem “negócios”) e/ou pecuaristas que construíram seu nome (e sobrenome) ao longo do tempo, conferindo status a sua família. Alguns cresceram e até chegaram a ser *grandes*; porém “quebraram”, ou seja, perderam muito ou tudo em que haviam *investido*, tendo que manter suas famílias por

meio do trabalho de empregado na terra dos outros e/ou da agricultura¹⁵. Desses, alguns voltaram para lugares já conhecidos ou onde havia pessoas conhecidas; ou tentaram a sorte em cidades que ainda desconheciam, das quais ouviram falar ter um “*movimento melhor*”. Esses diferentes desfechos em aberto, isto é, essas mobilidades geográfica, econômica e social, atravessaram redes de parentesco e as redes mais amplas de sociabilidade que configuraram comunidades e o pertencimento ao lugar enquanto progressense, sendo as diferenciações de *condições (grandes e pequenos)* objeto de julgamentos nas conversas sobre a história. Como me diziam, chegar *pequeno* e se tornar *grande* faz parte das *oportunidades*, quem *lutou* melhor e soube aproveitá-las “se deu bem”, quem não soube continua tentando¹⁶.

Apesar da percepção de *crise*, muitos relatos continuam defendendo que Novo Progresso é um lugar de *oportunidades*, onde o *pobre* pode ficar *rico*. Recentemente, pecuaristas voltaram a acreditar na possibilidade de produzirem grãos (“lavoura”), visto que a pavimentação da BR-163 paraense se encontra mais avançada após muita espera e porque passou a haver uma expectativa renovada de redução ou ao menos recategorização das áreas protegidas para modalidades mais brandas de proteção desde a entrada em cena do governo ilegítimo de Michel Temer¹⁷. Pecuaristas já plantavam produtos agrícolas antes de colocar o pasto ou em uma área menor da propriedade, em especial arroz; porém passaram a optar mais pelo milho e soja. Atualmente, não mais que uma dezena de grandes produtores já plantam soja e muitos pensam em plantá-la em consórcio com a pecuária, que é vista como uma atividade não só segura, mas tradicional – bem como uma “vocação regional”, ao lado do garimpo e da madeira. Em 2016, Novo Progresso ultrapassou Santarém na quantidade de soja produzida e chegou ao sexto lugar no estado, além de primeiro lugar quanto ao arroz e décimo oitavo lugar com respeito ao milho, o

¹⁵ Quando falam em agricultura ou pequena produção, se referem ao plantio em pequena escala e criação de animais como vacas, porcos e galinhas. Pode abranger algumas cabeças de gado de corte, opção que se apresentou como garantia de obtenção de uma renda complementar mais estável numa região crescentemente voltada ao gado.

¹⁶ Isso remete às representações dos *colonos fortes* no Sul do Brasil, em que o saber fazer expresso na *luta* cotidiana do trabalho na terra é visto como explicação de sucesso e expressa uma ética do trabalho (Seyferth, 1992, p.7). De forma semelhante, progressenses em geral avaliam quem *lutou* mais e melhor, apesar de observarem que todos *lutaram*. No caso dos *colonos sulistas*, há também uma avaliação de que o trabalho na terra representa uma *luta* diferente e mais árdua do que o trabalho em garimpos. Para Foucault (2010, p.59), saber-fazer é o que, “levando em conta princípios gerais, [guia] a ação no seu próprio momento, de acordo com o contexto e em função de seus próprios fins”. Como a pioneira Oravec (2008, p.7) avalia, quem soube *lutar* soube “aproveitar o caminho aberto”.

¹⁷ Para a maioria dos progressenses com quem conversei na cidade em maio e junho de 2017 não havia questionamentos quanto à sua legitimidade. Aqueles que reivindicam terras e atividades extrativas na Flona do Jamanxim tinham grandes expectativas quanto ao seu governo.

que pode anunciar o início de um quarto “ciclo” cuja expectativa me era falada em 2013: o da agropecuária. Um indicativo disso pode ser a nova *movimentação* em torno de terras, expressa nas novas *invasões* e na valorização fundiária nos últimos anos.

LUTAS E MOVIMENTOS: GRUPOS E AÇÕES COLETIVAS

Em paralelo aos *movimentos* (e estagnações/*crises*) na cidade, das *lutas* e *movimentos* pessoais e familiares, ou ainda das *ajudas* mútuas que foram configurando as comunidades/povoados, desde o início da reocupação regional foram feitos esforços de mobilização conjuntos para causas comuns. No contexto dos campos de 2013 e 2017, os esforços e causas construídos como comuns a coletividades foram chamados respectivamente de *movimentos* e *lutas* ao falarem sobre as ações coletivas organizadas naqueles anos e para se referirem a outras mobilizações anteriores. A partir de 2017, o termo *movimento* passou ainda a denominar os próprios grupos mobilizados temporariamente¹⁸. Na tabela a seguir, tem-se as mobilizações sociais em Novo Progresso relacionadas ao PDS Terra Nossa e à Flona do Jamanxim, as quais resultaram nas ações coletivas mais comentadas nas conversas informais e entrevistas realizadas:

Tabela 01: Mobilizações em Novo Progresso e entorno

DATA	AÇÃO	AGENTES	CAUSA
12/09/2003 a 23/09/2003* (12 dias)	Bloqueio da BR-163	Produtores rurais com sindicato (Sinprunp); Madeireiros; Mineradoras; Prefeitura de Novo Progresso	Contra a demarcação da Terra Indígena Baú
27/01/2005 a 05/02/2005 (10 dias)	Bloqueio da BR-163, destruição de pontes e queima de ônibus	Produtores rurais com Sinprunp; Madeireiros com sindicato (Simaspa)	Contra a suspensão de planos de manejo em decorrência da Portaria de 2004 que exigiu título de propriedade
2006*	Acampamento na BR-163 e ameaça de bloqueio da BR-163	Garimpeiros Trabalhadores rurais com sindicato (STTR)	Pela criação de um novo assentamento (PDS TN) após a expulsão do PDS

¹⁸ Isto é, não designam o que costumamos entender por “movimentos sociais” no sentido de organizações mais consolidadas como sindicatos e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), mas sim as mobilizações temporárias que possuem objetivos comuns.

			Vale do Jamanxim (na Flona do Jamanxim)
04/04/2011	Ocupação do Ibama (Novo Progresso), acorrentaram helicóptero	<i>Produtores rurais com o Sinprunp</i>	Contra a apreensão de gado em áreas desmatadas ilegalmente
02/08/2011 a 08/08/2011 (7 dias)	Bloqueio da BR-163	Assentados do PDS TN e associações;	Regularização do PDS TN para acabar com conflitos com fazendeiros
01/10/2013 a 08/10/2013 (8 dias)	Bloqueio da BR-163	Produtores rurais com o Sinprunp; Garimpeiros com sindicato (Sigalp); Assentados do PDS TN com associações e sindicatos (STTR e Sintraf); Comerciantes com associação (Acinp)	Regularização do PDS TN; Redução da Flona do Jamanxim; Contra fiscalização do ICMBio a garimpeiros e madeireiros clandestinos na Flona do Jamanxim
16/02/2016 a 25/02/2016 (10 dias)	Bloqueio da BR-163 em dois trechos	Assentados do PDS TN com associações e sindicatos (STTR e Sintraf); Indígenas Kayapó da TI Baú com lideranças	Regularização do PDS TN; Acesso a serviços públicos no PDS TN, nas aldeias indígenas e na cidade
01/02/2017 a 05/02/2017; 03/04/2017 a 07/04/2017; 03/07/2017 a 14/07/2017 (total: 22 dias)	Carreatas e bloqueios da BR-163 em diferentes trechos ¹⁹ e períodos; comissão em Brasília	“Movimento MP 756 Mudança Já”: Produtores rurais com o Sinprunp; Garimpeiros com o Sigalp; Comerciantes e associações; Madeireiros clandestinos; Vereadores; Prefeitura de Novo Progresso	Redução da Flona do Jamanxim; Recategorização parcial da Flona em Área de Proteção Ambiental (APA)
02/12/2017	Ocupação da BR-163 e ameaça de bloqueio em vários trechos ²⁰	“Movimento dos Atingidos pelas reservas ambientais da região da BR163 do Sudoeste Paraense”: produtores rurais, Sigalp, madeireiros clandestinos	Pela tramitação do PL 8.107/2017 (decorrente da MP 756) que recategoriza parcialmente a Flona do Jamanxim

Fontes: imprensa e entrevistas com participantes das ações.

* Informações fornecidas de maneira imprecisa pelas fontes.

¹⁹ Cachoeira da Serra, Vila Isol (Km 1000), Novo Progresso, Castelo dos Sonhos, Caracol, Moraes de Almeida.

²⁰ Cachoeira da Serra, Vila Isol (Km 1000), Novo Progresso, Comunidade São Francisco, Caracol, Castelo dos Sonhos, Alvorada da Amazônia, Moraes de Almeida, Três Boeiros e Trairão.

Contudo, é importante mencionar que esses esforços e causas comuns já existiam antes de 2003, mas não eram nomeados da mesma forma. Como já foi mencionado, apesar da decadência do ouro a partir de 1991, a Vila de Novo Progresso e os povoados próximos continuaram atraindo muito *movimento* nos anos 1990 graças à emancipação do município. Isso foi conquistado por meio da formação de uma “comissão”, isto é, um grupo de pessoas reunidas em torno da *luta* pela emancipação. Da mesma forma, a chegada de cada vez mais gente²¹ é descrita como tendo sido facilitada nos tempos em que a BR-163 tinha condições melhores, o que reiteram não ter sido esforço do *governo*, mas de “comissões” de *progressenses* – em geral os mesmos exaltados pelo seu *pioneirismo* –, que criaram pedágio, convênios com uma serraria e conseguiram maquinários através do *apoio* de políticos paraenses como o então governador Jader Barbalho (1983-1987 e 1991-1994).

Assim como os *movimentos* feitos em torno de *lutas*, as comissões e suas ações cessavam após conquistarem seus objetivos ou destes mudarem devido à conjuntura. Nos anos 1990, essas comissões passam a serem compostas não só por aqueles que foram se consolidando como lideranças, mas também pelas associações e sindicatos que foram sendo fundados em meio à movimentação dos “ciclos econômicos”, de modo a dar prosseguimento às *lutas* das categorias que representam no cotidiano. No período de febre e fofoca da virada do século, foram criados a Associação Comercial e Industrial de Novo Progresso (Acinp) e o Sindicato da Indústria Madeireira do Sudoeste do Pará (Simaspa), enquanto que o Sindicato Patronal conhecido por representar fazendeiros, criado no ciclo da pecuária em 1993, mudou seu nome para Sindicato dos Produtores Rurais (Sinprunp), seguindo a orientação da sua Federação (Faepa) para os sindicatos rurais no Pará. Com isso, adentrou em uma disputa simbólica pela representação dos pequenos produtores rurais com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Novo Progresso (STTR/NP)²², que em Novo Progresso havia sido fundado no momento de criação de dois Projetos de Assentamento no município em 1996 e 1997.

²¹ De cerca de 5 mil habitantes em 1991, o IBGE contabiliza que o município chegou a 15.568 habitantes em 1996. Hoje conta com cerca de 25 mil habitantes. No auge, em 2006, chegou a quase 40 mil.

²² Guerra (2009), por seu turno, demonstra como a categoria de “produtores rurais” foi sendo construída simbolicamente como mecanismo de disputa da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa) pela representação dos proprietários médios que não se identificavam nem com os “fazendeiros”, nem com as pautas dos “trabalhadores rurais” representados pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri-PA). Ademais,

Mais recentemente, durante a recuperação do *movimento* após o início da *crise*, foram instituídos o Sindicato dos Garimpeiros (Siganp) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Sinttraf – filiado à Fetraf) em 2009. Ao lado dessas organizações, cabe mencionar ainda as seis associações do PDS Terra Nossa, as quais são as interlocutoras dos assentados frente ao Inbra e foram criadas no início de sua instituição, entre 2006 e 2007.

Como se pode observar na tabela 01, essas entidades organizativas e os *movimentos* – geralmente feitos pelas entidades, mas também por lideranças independentes, filiadas ou não a partidos políticos – tiveram grande atuação nas *lutas* referentes a políticas fundiárias e ambientais, sobretudo as vinculadas a territórios instituídos pelo governo federal: a Terra Indígena (TI) Baú, a Flona do Jamanxim e o PDS TN. As duas primeiras são retratadas pelas lideranças municipais como *invasões* ao território municipal pelo *governo*, em sentido semelhante à noção de *invasão* das terras dos *colonos* por *grileiros*, pois estariam reduzindo a proporção de “terras produtivas”.

A TI Baú foi criada com 1.850.000 ha em 1991 e a maior parte da área se situava em Altamira, mas cerca de 18% incidia sobre a área leste de Novo Progresso, onde hoje se situa o assentamento Terra Nossa. Nas palavras do presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, Agamenon Menezes, “foram 10 anos de *luta* contra a Funai [até 2003] [...]. Agora acabou o *problema*, a terra ficou como era. Só manteve as margens do rio preservada, isso foi bom de mudança. Vivi isso dia por dia.” (entrevista em 21/10/2013). Essa *luta*, “resolvida” em 2003 após o primeiro bloqueio da BR-163 em Novo Progresso e de *acordos* com lideranças indígenas Kayapó, já apresentava um caráter de enfrentamento com o *governo* representado pela Funai. Sua memória é continuamente reproduzida ao falarem sobre a *luta* pela redução e/ou recategorização Flona do Jamanxim (1.301.120 ha), a qual não teve o desfecho desejado mesmo após *brigas* pontuais com o *governo* ao longo dos 12 anos de existência dessa unidade de conservação. Essa *brigas* se deram através de: *apoios* de parlamentares no Congresso Nacional; de embates contra as operações de fiscalização do Ibama e ICMBio; de ações judiciais; e de bloqueios da BR-163²³.

mostra como os sindicatos de produtores rurais assumiram as formas de militância e de representação das classes dominadas como mecanismo de legitimação e de obtenção de crédito rural (idem, p.130)

^E Essas formas de *brigar* são baseadas na pressão coletiva ao *governo* para que cumpra *acordos* previamente estabelecidos. *Lutar* possui um significado mais abrangente, mais referida a causas comuns que se prolongavam por anos.

A criação do PDS TN (149.842 hectares), por sua vez, se deu em decorrência da instituição da Flona, uma vez que essa se sobrepôs ao PDS Vale do Jamanxim criado pelo Incra no ano anterior e demandado pelo sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTR/NP). Devido à sobreposição com a unidade de conservação, somada à oposição de *grandes* produtores rurais que diziam ocupar essa área, a autarquia realocou os beneficiários registrados para a localização atual do PDS TN, o que de igual modo gerou a oposição de outros *grandes* produtores que se apresentam publicamente como posseiros – apesar de muitas vezes concentrarem terras públicas e não viverem efetivamente no local. Parte desses autodenominados produtores, chamados de fazendeiros pelos assentados, há cerca de cinco anos demanda judicialmente a desafetação de suas fazendas do PDS, tendo recebido uma liminar favorável em 2013. A partir dessa ameaça institucional de expulsão, que não se concretizou, os assentados passaram a se mobilizar em conjunto com os fazendeiros de modo a pressionar do *governo*, no caso o Incra, para obterem uma resolução para esse *problema* de indefinição de seu território. Essa indefinição paralisou o assentamento, uma vez que dificultou ou inviabilizou a implantação de estradas, saneamento, casas, energia etc., deixando-os à mercê da vontade dos chamados patrões para abrirem estradas de terra e conseguirem trabalho remunerado²⁴ – fundamental para se manterem, visto que a maioria não recebeu crédito de instalação e para a produção agrícola.

Da mesma forma que a narrativa mobilizada por progressenses em geral, os assentados atribuem seu *problema* ao “abandono do *governo*”, que os “jogou no meio dos fazendeiros”. Apesar de serem esses os agentes que os ameaçaram sistemática e diariamente, acreditam que “é tudo culpa do *governo*”²⁵. Isso, por seu turno, vai ao encontro da narrativa dos demais municípios, tecendo a base comum de denúncia de injustiças e de estagnação que caracterizou as “*brigas contra o governo*”, as quais fizeram parte dos *movimentos* conjuntos realizados por agentes bastante heterogêneos e que já apresentaram disputas entre si, mas que se apresentam ritualmente em suas ações coletivas como “a população” ou “os progressenses”. Isso ocorreu especialmente desde o bloqueio da BR-163 de 2013, organizado por assentados do PDS TN, garimpeiros e

²⁴ Os patrões geralmente são os fazendeiros que têm pretensão fundiária na área do PDS TN, bem como os donos de garimpos, madeireiros e a mineradora estrangeira Chapleau. Todos realizaram atividades ilegais, como pesquisa e extração de ouro e de madeira no assentamento. Parte dos fazendeiros nem mora no Pará e já foram acusados de grilagem pelo Incra. Cf. Lacerda (2015).

²⁵ Uns são mais críticos que os outros quanto à atuação dos fazendeiros e demais patrões. De todo modo, a responsabilização pelos seus principais *problemas* recai no *governo*.

produtores rurais (*grandes e pequenos*) que reivindicam terras na Flona do Jamanxim e no assentamento.

Em 2017, houve novidades em termos de mobilizações sociais locais, tanto pela denominação dos grupos enquanto *movimentos*, conforme mencionado anteriormente, mas também pela amplitude que as ações coletivas tomaram, sendo organizadas em diversos pontos da BR-163 em distritos próximos. O único precedente dessa organização regional havia sido em 2005 após a suspensão dos planos de manejo, quando o Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste Paraense (Simaspa) e o Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso (Sinprunp) organizaram o *movimento* em que: a BR-163 foi bloqueada em Novo Progresso por 10 dias; pontes e ônibus foram destruídos nos arredores do município; e houve a tentativa de interrupção da navegação do rio Amazonas em Santarém. Ademais, quase conseguiram a adesão de produtores rurais do eixo da BR-163 do Norte-Matogrossense. Desde então, as adesões às ações coletivas relativas à Flona do Jamanxim se restringiram a Novo Progresso e Castelo dos Sonhos – distrito de Altamira, que pela proximidade social e geográfica é considerado parte da *região* –, até que o “Movimento MP756 Mudança Já” e o “Movimento dos Atingidos por Reservas Ambientais” conseguiram fazer *movimentos* que contaram com a adesão de outros distritos de municípios vizinhos da BR-163 paraense.

Provavelmente, isso foi possível pelo caráter regional das demandas, vinculadas a medidas provisórias assinadas por Michel Temer em dezembro de 2016. Enquanto a MP 756 recategorizava a Flona do Jamanxim e o Parna do Rio Novo (que se situa em Novo Progresso, Jacareacanga e Itaituba)²⁶, a MP 758 recategorizava e reduzia o Parna do Jamanxim (Itaituba e Trairão) e da APA do Tapajós (Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão). Somado a isso, o *apoio* que esses *movimentos* de 2017 receberam do Consórcio Tapajós – organização intermunicipal que reúne empresários e administradores municipais de Jacareacanga, Itaituba, Novo Progresso Trairão, Rurópolis e Aveiro²⁷ – também pode ter facilitado a adesão de novos agentes a suas ações de mobilização.

²⁶ Lideranças do *movimento* contrário à medida provisória 756 enfatizaram que ela estaria aumentando em demasia a proteção ambiental em detrimento das “áreas produtivas” no município, não só por ter tornado 230 mil hectares de “áreas brancas” (isto é, fora de UC) em APA, mas também por ter recategorizado outra parte da Flona (que dá acesso a garimpos) em Parna do Rio Novo, modalidade tida como rígida por não permitir nenhuma atividade econômica.

²⁷ Consórcio dos municípios impactados pelo Complexo Hidrelétrico do Tapajós, que desde 2017 está sob direção do ex-prefeito de Novo Progresso Neri Prazeres. Essa iniciativa intermunicipal pode encontrar suas

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: SABER *LUTAR*

Embora a pesquisa que fundamenta o presente trabalho esteja em andamento, pode-se lançar algumas considerações parciais a partir do que foi exposto. Uma narrativa comum perpassa as entrevistas, registros escritos e discursos públicos ao buscarem estabelecer a causalidade dos “problemas”: a denúncia ao *governo* pela privação de direitos que regras atuais ou anteriores dizem assegurar ou promover. Esses direitos são reivindicados também com base em argumentos morais, visto que para eles o *governo* teria sistematicamente os privado do trabalho e/ou da produção ao dificultar ou impedir o seu livre acesso à terra e recursos naturais e paralisado os *movimentos* na cidade impulsionados pelas “vocações” regionais (madeira, garimpo e gado). As *lutas* adquiriram assim seu valor por existirem apesar e contra o *governo*, seja no cotidiano, seja na sua atualização ritual em *movimentos* como queimar pontes, amarrar o helicóptero do Ibama e bloquear ou acampar na BR-163.

Essa rodovia, por sua vez, representa não apenas o caminho percorrido por milhares de famílias em busca de oportunidades, inclusive de se tornar *rico* ou *grande*, mas o abandono do *governo* e a *luta* heroica de *pioneiros* que criaram lugares para *morar* e fomentaram autonomamente os *movimentos* que trouxeram cada vez mais gente, dinheiro, coisas e *conhecimentos* construídos enquanto modos partilhados de ver a *realidade da região*, a partir de experiências comuns. Em outros contextos etnográficos, por exemplo com relação a garimpeiros em Goiás (Guedes, 2011) ou pequenos produtores em Mato Grosso (Desconsi, 2011), nas suas ações no presente, esses agentes sociais acionam um conhecimento elaborado em torno de suas experiências nos deslocamentos já realizados, bem como histórias e informações compartilhadas em suas redes de relações sociais. Nesse sentido, ao relatarem o presente e passado de suas famílias e dos lugares por onde circularam, esses agentes em sua diversidade e diferenciações buscavam compartilhar entre si como aprenderam a *lutar* ao lidarem com ameaças aos seus modos de vida e suas posições sociais no passado e que se atualizavam na sua situação presente, ao passo em que projetavam esses saberes no futuro.

Assim, ao valorizarem suas diferentes *lutas*, cruzam avaliações sobre oportunidades e constrangimentos estruturais (febre, fofoca, *crise*, estagnação etc.), suas

raízes na Associação dos Municípios da Transamazônica, que em 1995 se tornou a Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica, Santarém-Cuiabá Região Oeste do Pará (AMUT).

mobilidades familiares geográfica, econômica e de status social, e as mobilizações sociais realizadas. Com isso, refletem eticamente sobre o que é saber *lutar*: aproveitar oportunidades para resolver o que é visto como problema. Quem soube *lutar* foi vitorioso na melhoria de suas *condições* de vida – inclusive em termos de conseguir achar um lugar onde há terra suficiente para a reprodução social familiar. Não raro, esse reconhecimento social foi transferido para as *lutas* e mobilizações coletivas, caso de muitas lideranças valorizadas por pertencerem a famílias *pioneiras*: aquelas que *investiram* na construção do “lugar pra morar” e que são autorizadas a narrar a história local e regional. Os mitos e ritos, as representações e relações sociais que compõem as *lutas* em sua polissemia (Comerford, 1999) construíram e constroem a *região*, a sua *realidade*, o seu *conhecimento* e os seus valores.

Por fim, as histórias contadas sobre pessoas e lugares na “*região* da BR-163” – lugar nunca delimitado em definitivo, também movendo-se conforme quem conta e o que conta – e as narrativas em dois contextos bastante diversos (2013 e 2017) evidenciam mudanças também na forma de descreverem suas *lutas* pessoais e coletivas. As mobilizações sociais que antes tinham pautas mais direcionadas a causas específicas de grupos que possuíram experiências parecidas de *luta* cotidiana, passaram a apresentar desde 2013 aspectos presentes em outros casos que emergiram no Brasil e no mundo em termos da confluência de diferentes agentes sociais, reivindicações e perspectivas sob um mesmo lema contrário ao *governo* por meio de um sentimento difuso de indignação comum (Bringel; Pleyers, 2015). O que até então se mostrava separado em termos de organização de mobilizações – *brigas* para regularizar o assentamento PDS Terra Nossa, para reduzir a Terra Indígena Baú ou para redefinir a Flona do Jamanxim – passou a ser apresentado como *brigas* conjuntas dos municípios e, cada vez mais, da *região*, contra as injustiças do *governo*.

A partir de 2017 o termo *movimento* passou a ser cada vez mais incorporado para falar tanto sobre os conjuntos de ações das pessoas mobilizadas para um mesmo fim, quanto sobre os próprios grupos, o que pode ser interessante para analisar a busca de adequação a relações legítimas com o Estado através de ações coletivas e formas organizativas que historicamente conquistaram o reconhecimento estatal no Brasil (Sigaud, 2000; Rosa, 2010). Mais especificamente, o “Movimento Muda MP 756” e o “Movimento de Atingidos por Reservas Ambientais”, que movimentaram uma rede de pessoas para além do município de origem das *lutas* por curtos períodos de tempo,

ilustram o potencial criativo de traduzir e ressignificar lutas sociais bastante diferentes, como a de movimentos sociais tidos como progressistas, como o de atingidos por barragens (MAB), retratando-se como afetados por medidas enquadradas como justas por seus antagonistas: o *governo* e, desde a “mudança das regras do jogo”, os *ambientalistas*, os quais supostamente passaram a mandar no primeiro e a se fazerem presentes por meio da imprensa nacional e internacional em suas reportagens críticas às “vocações regionais”. Na visão dos progressistas, esses são os agentes que prejudicaram e continuam sendo injustos com quem se *movimentou* ao travarem os *movimentos* de desenvolvimento e de *luta*, contribuindo para a *crise* regional e para o seu *sofrimento*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luciana Schleder. (2013), *Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-norte Matogrossense*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

ARAÚJO, Rosane. (2007), *Vozes Dissonantes: Estado, Discurso e Conflito no Oeste do Pará*. Tese de mestrado. NAEA/UFPA, Belém.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. (2015), “Junho de 2013... dois anos depois: Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”. *Nueva Sociedad*, out., p.4-17 Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/COY1_Bringel_Pleyers.pdf>. Acesso em 15 ago 2016.

COMERFORD, John. (1999), *Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle. (2015), *Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo*. Rio de Janeiro, 7 Letras/Faperj.

CORDEIRO, Manuela. (2017), “Esparramar família”: sentidos e pertencimentos na ocupação da Amazônia brasileira. *Etnográfica*, v.21, n.3, p. 627-638.

CORUJA, Zé. (2004), *Novo Progresso. Passado, Presente e Futuro*. Novo Progresso-Pará.

DESCONSI, Cristiano. (2009), *A marcha dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso: um estudo a partir da trajetória de migrantes do Sul do Brasil para a microrregião de Alto Teles Pires*. Tese de mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. (2010), *História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*. São Paulo, Graal.

- GOMIDE, Caroline et al. (2018), *Dicionário crítico da mineração*. Marabá, iGuana.
- GUEDES, André Dumans. (2011), *O Trecho, as Mães e os Papéis. Movimentos e Durações no Norte de Goiás*. Tese de doutorado. PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro.
- LACERDA, Renata Barbosa (2015). *Fazer movimentos: mobilidade, família e Estado no Sudoeste Paraense*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro.
- MARQUES, Ana Claudia. Notas sobre fundadores e povoamento no Brasil: os casos do sertão pernambucano e do norte mato-grossense. *Travessia - Revista do Migrante*; São Paulo, ano 22, n. 65, p. 59-70, set/dez 2009.
- ORAVEC, Gertrudes Strassburg (2008). *A saga dos pioneiros no município de Novo Progresso - Pará*. Novo Progresso-PA.
- PEIRANO, Mariza (Org.) (2002). *O Dito e o Feito. Ensaio de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NuAP/UFRJ.
- ROSA, Marcelo Carvalho (2010). A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva no Brasil. In: _____. (Org.). *Greves, acampamentos e outras formas de mobilização social: o legado de Lygia Sigaud para os estudos rurais*. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais.
- SCHNEIDER, Sara Royer; FORTES, Raquel. (2011), *A História de Novo Progresso*. Novo Progresso-PA. UFPA.
- SEYFERTH, Giralda. “As contradições da liberdade. Análise das representações sobre a identidade camponesa”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 7 n. 18, p.01-31, 1992.
- SIGAUD, Lygia (2000). “A forma acampamento: notas sobre a versão pernambucana”. *Novos Estudos CEBRAP*, 73-92.
- TARCA, Karina. (2014), “*Entre tempos bons e ruins*”. *Processos de expansão e fechamento na fronteira amazônica: o caso de Cachoeira da Serra no sul do Pará*. Dissertação (mestrado em Antropologia). PPGAS – UFF, Niterói.
- TEDESCO, Leticia da Luz (2015). *No trecho dos garimpos: Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. VU Amsterdam, PPGAS/UFRGS.
- TORRES, Maurício. (2012), *Terra Privada Vida Devoluta: Ordenamento Fundiário e Destinação de Terras Públicas no oeste do Pará*. Tese de doutorado. PPGGH/USP, São Paulo.
- VELHO, O. G. [1972] (1981). *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1976). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Difel.